

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)

# A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-292-0

DOI 10.22533/at.ed.920192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, democratizando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem como objetivo apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Este 1º volume reúne um total de 28 artigos que dialogam com o leitor sobre importantes temas que envolvem a violência sexual, de gênero e contra a mulher, transexualidade, sexualidade no ambiente escolar e no trabalho, racismo, diversidade de gênero, atuação profissional feminina, direito, educação, prática de esporte e da arte, sempre com temas relativos a mulher, sexualidade e gênero.

Assim fechamos este 1º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA AOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER TRANSEXUAL: INSTRUMENTO DE DIGNIDADE E JUSTIÇA SOCIAL	
André Luis Penha Corrêa Lucas Lopes Grischke	
DOI 10.22533/at.ed.9201926041	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
A DUALIDADE ENTRE O <i>SER MULHER</i> E O <i>SER POLICIAL</i> : DISCUSSÕES ACERCA DO ENCONTRO “CHÁ DE ROSAS”	
Daniela Cecilia Grisoski Eneida Silveira Santiago	
DOI 10.22533/at.ed.9201926042	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO ESTAÇÃO CASA DA REDE MARISTA DE SOLIDARIEDADE COM MULHERES ENCARCERADAS NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA, EM CURITIBA-PARANÁ	
Gabriela Daniel de Campos Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.9201926043	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>28</b>
A MULHER REPRESENTADA PELA IGREJA PRESBITERIANA NOS ANOS 70: A REVISTA ALVORADA E A IMAGEM FEMININA	
Daniela Emilena santiago Dias de Oliveira Ricardo Gião Bortolotti	
DOI 10.22533/at.ed.9201926044	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Nathaly Cristina Fernandes Carolina dos Santos Jesuino da Natividade	
DOI 10.22533/at.ed.9201926045	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>47</b>
A SEXUALIDADE INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA COM GESTORAS DE ENSINO	
Camila Campos Vizzotto Alduino Marcia Cristina Argenti Perez	
DOI 10.22533/at.ed.9201926046	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
ATUAÇÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ: HISTORICIDADE, AVANÇOS E DIFICULDADES	
Adriana Cristina Dias Lopes Allan Jones Miranda de Souza Claudia Ramos de Souza Bonfim	
DOI 10.22533/at.ed.9201926047	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>74</b>
BRANQUITUDE E DECOLONIALIDADE ACADÊMICA	
Ana Tereza da Silva Nunes	
Jair da Costa Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9201926048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>85</b>
DIVERSIDADE E GÊNERO A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA ATIVA COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO	
Daniela Copetti Santos	
Luciane Carvalho Oleques	
Juliane Oberoffer Santos da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9201926049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>90</b>
DO PRIVADO AO PÚBLICO: IDENTIDADES FEMININAS CATÓLICAS NA CONTEMPORANEIDADE E SEUS SENTIDOS	
Joyce Aparecida Pires	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>104</b>
ECONOMIA SOLIDÁRIA: COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO PARA A COLETA DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS	
Gisele Quinallia	
Juliene Maldonado Orosco de Andrade	
Edilene Mayumi Murashita Takenaka	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>113</b>
EDUCAÇÃO SEXUAL: PROMOVEDO RESPEITO EM SALA DE AULA ATRAVÉS DE DINÂMICAS	
Nathália Hernandez Turke	
Felipe Tsuzuki	
Virginia Iara de Andrade Maistro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>123</b>
ENTRE ROMANCES E SEGREDOS, (HÁ) VIOLÊNCIA SEXUAL	
Paula Land Curi	
Nayalla Buarque	
Jaqueline de Azevedo Fernandes Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>129</b>
ESPAÇO EMPRESARIAL E A RELAÇÃO ORGANIZACIONAL COM SUAS FUNCIONÁRIAS MULHERES	
Catharina Correa Polachini	
Keila Isabel Botan	
Andreza Marques de Castro Leão	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260414</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>141</b>
ESPAÇOS PÚBLICOS E DIVERSIDADE URBANA: A IMPORTÂNCIA DE SE PENSAR A CIDADE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO	
<a href="#">Wellisson de Oliveira Camilo Jr</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
FRIDAS: UMA PROPOSTA DE GRUPO DE ESTUDOS SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR	
<a href="#">Vanessa Elias</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>166</b>
FUTEBOL DE MULHERES E A EXPERIÊNCIA DE CAMPO	
<a href="#">Martina Gonçalves Burch Costa</a>	
<a href="#">Giovanni Felipe Ernst Frizzo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>173</b>
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE E AS INFLUÊNCIAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
<a href="#">Lilian Silva de Sales</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>190</b>
MEMÓRIAS DE UM RECITAL DE PIANO: REFLETINDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE	
<a href="#">Giácomo de Carli da Silva</a>	
<a href="#">Cristina Rolim Wolffenbüttel</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>197</b>
NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE	
<a href="#">Fernanda Dias Coelho</a>	
<a href="#">Ludmila Mourão</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PARADOXO DA INCLUSÃO: UM ENSAIO PÓS-ESTRUTURALISTA SOBRE OS DIREITOS SEXUAIS	
<a href="#">Andressa Regina Bissolotti dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>225</b>
PARA ALÉM DO MATCH: TINDER NA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE CORPOS	
<a href="#">Maria Cecilia Takayama Koerich</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.92019260422</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>231</b>
POR UMA TEORIA FEMINISTA DO PODER CONSTITUINTE: INSTITUIÇÕES, JUSTIÇA E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA BANCADA FEMININA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987-1988	
Silvana Santos Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.92019260423	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>242</b>
QUE SEXUALIDADE É ESSA? REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES AMOROSAS DE ADOLESCENTES VÍTIMAS DE INCESTO	
Aline Luiza de Carvalho Márcia Stengel	
DOI 10.22533/at.ed.92019260424	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>258</b>
QUE VOZ É ESSA QUE FALA POR MIM? A LUTA DO INSTITUTO GELEDÉS POR DIGNIDADE, RECONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA NO BRASIL	
Breanda Karolainy Penha Siqueira Jamilly Nicácio Nicolete	
DOI 10.22533/at.ed.92019260425	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>270</b>
RELACIONAMENTOS AMOROSOS DE ADOLESCENTES E A INTERNET	
Márcia Stengel Nádia Laguárdia de Lima Jacqueline de Oliveira Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.92019260426	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>286</b>
RESISTÊNCIA FRENTE À VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: RELATO DA EXPERIÊNCIA COM A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA “MULHERES EXTRAORDINÁRIAS - FRAGMENTOS DE LUTA E SUPERAÇÃO”	
Jéssica Aparecida Chaviuk Francisco Cíntia de Souza Batista Tortato	
DOI 10.22533/at.ed.92019260427	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>298</b>
VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: PERCEPÇÕES E RELATOS DE MULHERES PROFISSIONAIS DO SEXO EM ÁREA COSTEIRA DO NORTE DO BRASIL	
Brenda L. Assis Lisboa Walquirene Nunes Sales Driene N. Silva Sampaio Amanda C. Ribeiro Costa Gláucia C. Silva-Oliveira Aldemir B. Oliveira-Filho	
DOI 10.22533/at.ed.92019260428	
<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>310</b>
ENTRE TREVAS E ARCO-ÍRIS: ORIENTAÇÃO SEXUAL E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	
Marina de Almeida Borges Ana Cristina Nassif Soares	
DOI 10.22533/at.ed.92019260429	



**CAPÍTULO 30 ..... 317**

SUICÍDIO NO PÚBLICO DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (LGBT):  
ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE 2013-2018

Ana Patrícia Fonseca Coelho Galvão

Pablo Nascimento Cruz

Fábio Batista Miranda

Jaíza Sousa Penha

Nayfrana Duarte de Sousa Oliveira

Fabrcio e Silva Ferreira

Wochimann de Melo Lima Pinto

Natalie Rosa Pires Neves

Nayra Michelle Anjos Amorim

Raylena Pereira Gomes

Rose Daiana Cunha dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.92019260430**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 333**

## NOTAS SOBRE A INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNERO NO ESPORTE

### **Fernanda Dias Coelho**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade  
de Educação Física e Desporto  
Juiz de Fora - Minas Gerais

### **Ludmila Mourão**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade  
de Educação Física e Desporto  
Juiz de Fora - Minas Gerais

**RESUMO:** O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura que contextualiza e problematiza a inclusão e permanência do atleta transgênero no esporte. Observa-se que nos últimos anos, a presença de atletas LGBTs vem aumentando significativamente e sabe-se que o esporte possui uma eficácia simbólica social que pode contribuir para a construção de novas identidades de gênero. Entretanto, por se tratar de um fenômeno que pertence ao binarismo (masculino/feminino), reflexo da organização da sociedade, o atleta transgênero torna-se um sujeito que “destoa” dos demais. Logo, esse sujeito é visto como “abjeto” carregado de valores e julgamentos negativos e preconceituosos. A heterossexualidade antes tomada como pressuposto compulsório tende aos poucos ser superada frente à incorporação de novas representações no esporte atual, independente da norma instituída em razão do sexo e da biologia. Percebe-se o atleta

transcendendo as barreiras (sexo/gênero) e desafiando a compreensão dos padrões estabelecidos, postulando a produção de outros sujeitos, que tencionam os modelos vigentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transgênero, Gênero, Esporte, Atleta.

**ABSTRACT:** The present study deals with a literature review that contextualizes and problematizes the inclusion and permanence of the transgender athlete in sport. It is observed that in recent years, the presence of LGBT athletes has been increasing significantly and it is known that the sport has a social symbolic efficacy that can contribute to the construction of new gender identities. However, because it is a phenomenon that belongs to binarism (male / female), a reflection of the organization of society, the transgender athlete becomes a subject that “distorts” others. Therefore, this subject is seen as “abject” laden with negative values and judgments and prejudices. The heterosexuality previously taken as a compulsory presupposition tends to be overcome by the incorporation of new representations in the current sport, independent of the norm established by reason of sex and biology. The athlete is perceived as transcending the barriers (sex / gender) and challenging the understanding of established patterns, postulating the production of other subjects, who intend the current models.

**KEYWORDS:** Transgender, Gender, Sport, Athlete.

## TRANSGENERIDADE

A inclusão de atletas transgêneros no esporte nos últimos anos tem sido objeto de pauta de jornalistas, cientistas, ativistas, políticos e demais interessados. O tema está dentro do que os psicólogos chamam de transtorno de identidade de gênero, considerado um estado psicológico acompanhado de desconfortos persistentes com o sexo de nascimento. Por mais polêmico que seja, esta temática deve ser debatida em amplo espectro, principalmente, sob a perspectiva e apoio dos argumentos científicos e interdisciplinares. Entretanto, uma das dificuldades que o tema esbarra em relação a ciência, é a carência de trabalhos que possam fortalecer qualquer tipo de conclusão no meio esportivo.

Mesmo com as lacunas nas pesquisas, os transgêneros ganharam um espaço importante nos esportes em nível amador e também profissional/olímpico, uma vez que, em novembro de 2015, o Comitê Olímpico Internacional (COI) derrubou barreiras que dificultavam a participação desses atletas em competições de grande porte. Foram determinadas novas regras para aceitação de mulheres transgênero no esporte, sendo uma delas a exigência de que os níveis de testosterona sanguínea mantenham-se abaixo de 10nmol/L por, no mínimo, um ano, excluindo a necessidade de cirurgia de mudança de sexo. Para transgêneros masculinos, no entanto, não existem impedimentos, uma vez que a mulher que opta pelo sexo masculino não adquire vantagem física alguma.

Antecedendo a conceituação de “transgeneridade”, acredita-se ser necessário trazer alguns apontamentos do termo “gênero” para o texto, pois os estudos abordando esse tema são precursores do debate envolvendo a população LGBT, sigla que designa diversas minorias como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros”, visto que os ativistas acreditam que o termo “gay” não abrange todos aqueles que fazem parte da comunidade. Atitudes mudaram e a linguagem para orientação sexual e identidade de gênero também.

Diversos autores definem o termo “gênero” como uma maneira de analisar papéis “masculinos” e “femininos” que se tornaram hegemônicos na sociedade (JUDITH BUTLER, 2003; JOAN SCOTT 1995). Joan Scott, diz que “o gênero é uma estratégia pela qual as feministas começaram a encontrar uma voz teórica própria, além de aliados científicos e políticos” (1990, p. 14).

Desde a década de 1970 as ciências humanas e sociais foram marcadas pela progressiva incorporação do conceito de gênero (MARIA LUIZA HEILBORN; BILA SORJ, 1999). A distinção sexo/gênero foi se constituindo como ferramenta conceitual e política e representou um argumento decisivo nas lutas em torno dos direitos das mulheres. Nesse processo de diferenciação, o primeiro termo – sexo – remete

à natureza e, de maneira mais específica, à biologia, e o segundo termo – gênero – se refere às construções culturais das características consideradas femininas e masculinas (JOAN SCOTT, 1990).

Corroborando as considerações supracitadas, Letícia Lanza (2017) afirma que somente a partir do século XX, após as conquistas e o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero, as pessoas transgêneras começaram a assumir a sua identidade de gênero desafiando o sistema binário em vigor na sociedade. Atualmente, pode-se definir a palavra “transgênero” (*do latun trans = do lado oposto, além*) como a descrição do “comportamento da pessoa gênero-divergente, isto é, aquela cuja identidade e/ou expressão de gênero apresenta algum tipo de divergência, conflito ou não conformidade com as normas socialmente aceitas e sancionadas para a categoria de sexo em que foi classificada ao nascer” (LETÍCIA LANZ, 2017, p. 69).

Os primeiros estudos registrando e defendendo a especificidade do “fenômeno transexual” aconteceram em 1950, marcando o início da construção do “dispositivo da transexualidade”. Nesse momento, o termo “transexualismo” era a nomenclatura oficial para definir pessoas que viviam na contradição entre corpo e subjetividade, ainda visto como um estado de patologia, de acordo com Berenice Alves de Melo Bento (2006). Posteriormente, o termo foi substituído por “transexualidade”, e no DSM-V – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, publicado pela APA – *American Psychiatric Association*, em meados de 2013, passa a denominar o antigo GID – *Gender Indentify Disorder* como GID – *Gender Identify Disphoria*. Além disso, em 2018, a Organização Mundial de Saúde, eliminou a transexualidade da sua lista de doenças mentais, na qual as transidentidades, conceituadas como identidades sócio-desviantes ou transgêneras, eram listadas como transtornos mentais.

Embora essas alterações sejam significativas para as análises e as experiências vividas no contexto social atual, do ponto de vista prático, poucas são as modificações na dinâmica social de aceitação, visibilidade e inclusão da pessoa transgênera. Segundo Letícia Lanz (2017), a segregação, o desrespeito e a intolerância continuam presentes no dia a dia dessas pessoas, tanto nas relações familiares, interpessoais e grupais (hostilidades nas ruas, incompreensão doméstica, isolamento no trabalho, etc.) quanto na legitimação e legalização de seus direitos (tratamento amplamente desigual perante instituições públicas e privadas, impedimento do direito de escolha do gênero no ato da emissão de documentos oficiais, repressão ao exercício pleno de liberdade de expressão assegurada pela Constituição, entre outras). Interessante destacar que a referida autora é uma mulher trans ligada à área acadêmica, ocupando-se cientificamente pela temática. Em seu livro, “O corpo da roupa: uma introdução aos estudos transgêneros”, Letícia Lanz explica que seu processo de transição se deu tardiamente, justamente pelo enfrentamento de todos os aspectos que dificultam a possibilidade do sujeito trans se encaixar na sociedade.

Contudo, a presença dos atletas transgêneros nas arenas desportivas vem se tornando cada vez mais frequente, possuindo uma eficácia simbólica social que faz

repensar sobre a representação desse sujeito na sociedade e a construção das novas identidades de gênero. Além disso, o esporte é considerado um instrumento social, fato que permite ampliar a visibilidade desses atletas/sujeitos que fogem do padrão heteronormativo. Entretanto, podemos verificar também que esse atleta trans sofre com os reflexos da sua inclusão no esporte, por não pertencer às normas de gênero e regras sociais, ou seja, por não fazer parte do ideal social heteronormativo. Sobretudo a atleta transgênero mulher que, historicamente, tem a sua força física questionada nas arenas esportivas.

No caso do sujeito trans, a questão da diferença é marcada no âmbito esportivo pelo binarismo (masculino/feminino) presente nas categorias, reflexo da política de gênero compulsória de organização da sociedade. Nessa esteira, as instituições esportivas pautam suas organizações por meio de separações entre homens e mulheres nas competições, contribuindo para a reafirmação das diferenças biológicas entre os sexos como aquelas que definem os espaços sociais e esportivos.

Entretanto, verifica-se também que as identidades de gêneros pertencentes ao binarismo, antes tomadas como “verdadeiras”, tendem a ser aos poucos tensionadas pelas novas identidades emergentes, tal como a transexual. Assim, percebe-se o sujeito/atleta transitando entre as fronteiras (física, de sexo/gênero, sociais) que desafiam a compreensão dos padrões estabelecidos e postulam a produção de outros e novos sujeitos, fora das normas identitárias instituídas (na sociedade e no esporte), que pressionam os modelos vigentes (CLAUDIA KESSLER, 2015).

Portanto, o/a atleta trans ao se tornar um sujeito que “destoa” dos demais atletas, torna-se também um sujeito “abjeto” no meio esportivo, uma vez que não corresponde às expectativas sociais do gênero ao qual pertence. Judith Butler (2010) explica tal fato pela questão da performatividade produzida pelas práticas reguladoras de coerência de gênero. No meio esportivo torna-se evidente que os corpos dissonantes dos transgêneros vão contra a construção de gênero materializada nos corpos e construída socialmente. Logo, tornam-se corpos e sujeitos abjetos no âmbito do esporte, pois rebatem as normas presentes na sociedade.

Apesar de a população transgênera vir se mostrando presente no esporte do Brasil e do mundo, poucos estudos buscam investigar os processos de inclusão desses sujeitos no esporte. Nesse sentido, a escassez de estudos se configura como uma realidade a ser superada.

A partir desse contexto, Jéssica Leite Serrano et al. (2017) realizaram uma revisão sistemática com o objetivo de verificar os estudos envolvendo sujeitos transgêneros nas publicações da Educação Física. De acordo com os autores, verificou-se a predominância de estudos sobre aspectos biológicos e psicológicos, que tratam a transgeneridade como uma patologia. Por outro lado, os pesquisadores verificaram também um crescimento de produções que analisam essa temática, apresentando algumas em que os estudos se interseccionam com a construção sócio histórica da transexualidade, as políticas e políticas de saúde, e as questões de identidade de

gênero. Dessa maneira, pode-se inferir que ainda são raros os estudos que envolvem pessoas transgêneras dentro do contexto esportivo e suas implicações na inclusão desse sujeito no esporte. Dessa maneira, faz-se relevante uma análise das formas de acesso a algumas modalidades esportivas do sujeito trans (aquele designado como pessoa transgênera, seja ela transexual, andrógine, travesti, crossdresser, dragqueen, etc.) ao longo da história recente, que é o que este capítulo se propõe a apresentar.

## **TRANSGÊNEROS: IGUALDADES, DIFERENÇAS E DESIGUALDADES**

Travestis e transexuais são populações que carregam uma imensa carga de preconceitos sociais, uma vez que não se encaixam na normatividade sustentada pela sociedade vigente, frustrando as expectativas culturais de que a identidade de gênero é um determinismo inexorável da biologia (LETÍCIA LANZ, 2017). Por serem considerados sujeitos não binários, que não se identificam como homem ou mulheres, são considerados transgressores e essa condição acaba por colocá-los à margem da sociedade.

Assim, Ângela Lopes (2016) afirma que as precariedades da realidade social da população, especialmente para as pessoas trans, estão presentes em todas as esferas e fases de suas vidas, tanto nas relações familiares, escolares, no mercado de trabalho, no acesso aos serviços públicos, quanto na própria condição de existir. A autora aponta que o déficit de políticas públicas para a população trans se dá em virtude da transfobia estrutural, processo visto como ato de discriminação e ato de violência contra a população de transexuais, travestis ou transgêneros.

Embora poucos sejam os estudos sobre os transgêneros no Brasil, grande parte deles estão voltados para os sujeitos transgêneros oriundos de classes socioeconômicas mais próximas à base da pirâmide social (em razão da sua exposição ao mercado do sexo). Observa-se que para os sujeitos trans que se encontram em classes econômicas intermediárias a transição é sempre um processo de graves perdas financeiras, ilustrando uma maneira de a sociedade expressar o seu repúdio e punir à transgressão de gênero que foi praticada (LETÍCIA LANZ, 2017). A autora acrescenta que a penúria e a indigência financeira são queixas comuns entre pessoas transgêneras de estratos econômicos menos favorecidos, como é o caso da maioria das travestis de rua. Sem o apoio da família, a falta de oportunidades no mercado de trabalho faz com que as travestis se inclinem para a prostituição, de onde passam a tirar a sua sobrevivência.

O reconhecimento (parcial) do nome dos indivíduos transgêneros é a ilustração do contexto político brasileiro quanto às políticas públicas destinadas a essa população. Berenice Alves de Melo Bento (2014, p. 166), em seu estudo sobre sujeitos transgêneros, apresenta como as políticas do nome social desvelam a forma que “as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da

estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos das populações excluídas”. Portanto, embora reconhecidos legalmente as identidades dos sujeitos trans na sociedade, torna-se fundamental a efetivação de outros direitos (como saúde, educação, trabalho, vida digna, livre circulação e não discriminação) (TAMARA ÀDRIAN, 2010).

Tamara Àdrian (2010) cita a declaração de Idah, apresentada no Congresso Internacional de Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, de 15 de maio de 2009, na França, como precursora da luta internacional pela despatologização das identidades transgêneras. O documento denuncia que, ao redor do mundo, os direitos das populações transgêneras são cotidianamente violados em virtude da “ignorância, preconceito, medo ou ódio”.

Dessa maneira, percebe-se como a criação de espaços institucionais por meio de políticas públicas específicas para transgêneros ainda é marcada por um paradoxo de diferença, pois, na medida em que atende uma demanda legítima por reconhecimento de uma diferença cultural e historicamente negligenciada, acaba por circunscrevê-la numa espécie de gueto, produzindo então um isolamento dessa população.

Diferentemente do que vem acontecendo com o sujeito trans na sociedade, Joan Scott (2005) afirma que a diferença que marca um grupo social não deve ser mobilizada como forma de produção de desigualdades, transformando minorias em estereótipos e/ou apagamento de singularidades. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos para as minorias. Portanto, o reconhecimento e a visibilidade do indivíduo trans não se dá dessa maneira retratada por Scott.

A diferença tem sido representada como traço fundamental ou natural de um grupo enquanto norma padronizada. Pode-se perceber tal fato a partir do momento em que surge a necessidade do reconhecimento das identidades transgêneras, não podendo se dar através de padrões cisnormativos que limitem, excluam ou marginalizem as possibilidades de constituição de subjetividade e modos de vida transgêneros.

A cisgeneridade é entendida por Viviane Vergueiro (2016) como um eixo que constitui uma matriz de práticas repetidas que todas as pessoas são impelidas à performar na produção de coerências e evidências acerca do sexo e também como “um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais” (VIVIANE VERGUEIRO, 2016, p. 72). O funcionamento dessa matriz, argumenta a autora, exige que certos tipos de identidade não existam ou sejam tidos como inviáveis. Dessa forma, há uma relação intrínseca entre a produção de coerências por essa matriz cisnormativa e a exclusão (constitutiva) das transgeneridades, relação esta que produz efeitos de abjeção e subalternidade sobre as identidades ininteligíveis.

Judith Butler (2005) e Carla Rodrigues (2013) afirmam que a política possui a

tarefa de esgarçar as separações que geram exclusão e violência, promovendo uma democracia radical como instrumento de enfrentamento da violência de Estado, maior e mais aguda, contra gêneros não inteligíveis na ordem normativa. Para que ações políticas não excludentes e violentas sejam efetivas, faz-se necessário compreender a noção de igualdade.

De acordo com Joan Scott (2005), a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração. Robert Roswell Palmer, escrevendo no *Dictionary of the History of Ideas*, assim dispõe: “A igualdade requer um ato de escolha, pelo qual algumas diferenças são minimizadas ou ignoradas enquanto que outras são maximizadas e postas a se desenvolver”.

Corroborando, Nancy Fraser (2007) explica que é necessário romper com o modo como se dá o reconhecimento das diferenças/identidades. Segundo a autora, o reconhecimento das desigualdades não se dá da mesma maneira que a distribuição dos direitos, a qual é feita para os grupos identitários dominantes. No âmbito da transgeneridade, visto o atual contexto das políticas públicas e a precariedade de vida desses sujeitos, percebe-se que, embora esse grupo seja reconhecido, seus direitos ainda não correspondem aos daqueles sujeitos que fazem parte da cisnormatividade e heteronormatividade (dominantes).

Dessa forma, Judith Butler (2005) afirma que articular os reconhecimentos da vulnerabilidade dos corpos (transgêneros) com o problema da democracia, torna-se uma estratégia de entrelaçar o embate sobre a ampliação de direitos que a autora acredita estar presente no que se pretende ser um governo democrático. Em outras palavras, a sustentação do conceito de democracia, com todas as suas complexidades, é uma forma de operar a democracia, torcê-la, retorcê-la, a fim de enfrentar seus paradoxos e atender as minorias sociais.

É possível perceber que a população transgênera encontra-se num momento de melhor consideração da sua identidade por meio do reconhecimento das diferenças. No entanto, observa-se que os direitos e aspectos éticos estão distantes de se equipararem aos dos grupos dominantes, o que reflete uma forma precária de vida (JUDITH BUTLER, 2018).

Nesse sentido, sendo o esporte um instrumento social de massa que reproduz o binarismo de gênero, da mesma maneira que é feito na sociedade, o atleta transgênero vem passando pelas mesmas dificuldades de se inserir e permanecer. Ou seja, esse/a atleta encontra obstáculos para se incluir enquanto pessoa trans por falta de políticas públicas que o reconheça como sujeito singular no meio esportivo.



## DIFICULDADES DE INCLUSÃO DE ATLETAS TRANSGÊNEROS NO ESPORTE

Diversas pesquisas sobre as identidades transgêneras realizadas no Brasil nas últimas décadas vêm demonstrando um esforço significativo para a compreensão de como a transgressão de normas binárias de gênero se encaixa e é tratada na nossa sociedade. No entanto, conforme afirma Letícia Lanz (2017), o transgênero vem sendo estudado de modo fragmentado e bastante despolitizado, muito mais como simples consequência da homossexualidade do que como fenômeno sociológico de desvio das normas de conduta de gênero: transgressão essa que gera o estigma e todo o elenco de sanções negativas a que a pessoa transgênera está submetida na nossa sociedade, como vimos anteriormente neste capítulo.

Nesse sentido, aproveito a oportunidade para trazer à discussão a questão da presença do sujeito transgênero no esporte amador e profissional. Historicamente, no campo esportivo, a primeira atleta ícone transgênera foi a tenista Renée Richards. Nos anos de 1970, ocorreu sua estreia nas quadras, vindo a se tornar uma das top 20 nos Estados Unidos da América. Renée teve que recorrer à justiça para competir com outras mulheres, o que não acontece em outros espaços sociais nos quais as transexuais prescindem desse dispositivo. Tal fato indica o quanto o esporte é um espaço que não apenas reproduz as diferenças de gênero e de sexo, como produz a lógica da diferenciação (WAGNER CAMARGO, 2017).

Outro exemplo no meio esportivo foi a recente transição de Caitlyn Jenner em 2015, nos Estados Unidos da América: medalhista de ouro nos Jogos Pan-Americanos de 1975 e ouro no decatlo nos Jogos Olímpicos de verão de 1976, Bruce Jenner foi aclamado como o “maior atleta do mundo”. Porém, após pouco mais de dois meses do seu processo de transição para o gênero feminino, em 2015, veio a se tornar atriz, modelo, *socialite* e apresentadora de *show business*, abandonando a carreira esportiva (MICHEL LOVELOCK, 2016). Outro fato reconhecido mundialmente foi a transição da lutadora norte-americana de MMA (*Mixed Martial Arts*) transgênero, Fallon Fox, a qual iniciou a carreira esportiva no octógono, em 2012, após a sua transição, mesmo sofrendo diversos ataques de transfobia em redes sociais e na mídia ao longo da sua trajetória esportiva. Tais comentários transfóbicos extrapolam o universo da luta e trazem à cena situações nas quais foi possível identificar fobia, aversão e repulsa aos sujeitos que subvertem as representações normativas de gênero e de sexualidade, sobretudo no esporte (CARLA GRESPAN; SILVANA GOELLNER, 2014).

No Brasil, o caso mais famoso, recente e polêmico de transgeneridade no esporte foi o da atleta profissional Thifany Abreu, em 2017/2018, estreando na Super Liga de Voleibol. A esportista por muitos anos atuou no esporte profissional enquanto homem. Após a sua transição em outro país e com o seu nome social reconhecido, a atleta retorna às quadras brasileiras sofrendo inúmeras críticas e questionamentos em termos de *performance* esportiva (VEJA, 2018).

Já no esporte amador, podemos citar uma equipe de futebol formada por homens

transgêneros, conhecidos como “Meninos Bons de Bola” no estado de São Paulo. Segundo o representante dessa equipe, a intenção não é demonstrar o quanto os atletas trans são bons de bola, mas trazer para o contexto esportivo que o futebol é capaz de unir sujeitos com a mesma identidade de gênero e promover o prazer da prática esportiva. Além disso, tem o intuito de levar até a mídia a visibilidade do sujeito transgênero praticante de futebol: uma modalidade emblemática na sociedade brasileira, à medida que é tida como um esporte da formação do macho. Para fazer parte do time é preciso apenas ter boa saúde, disposição e interesse em participar do grupo, que carrega a responsabilidade de lutar contra o preconceito e quebrar tabus no universo machista do futebol. Em suas camisas, os atletas possuem a seguinte frase: “Nossos corpos na quadra: é arte, ativismo e resistência” (MÍDIA NINJA, 2018).

No fisiculturismo brasileiro, os atletas trans passaram a se fazer presentes a partir de 2018, como é o caso de Juliano Ferreira, de 32 anos. Nessa modalidade em específico, a questão da exposição corporal constante e uso de hormônios para competições torna-se um paradoxo, uma vez que os corpos trans são considerados abjeções e a terapia hormonal faz parte do seu cotidiano. “Sempre fui homem”, diz Juliano Ferreira, de 32 anos, o primeiro homem transexual a participar de um campeonato de fisiculturismo no Brasil. O concurso, que aconteceu no ano de 2018, reuniu participantes de categorias diferentes: Juliano ficou em 5º lugar entre os homens mais fortes do Brasil (TALYTA VESPA, 2018).

Fatos sociais vivenciados por atletas trans como os supracitados permitem-nos verificar que o sistema esportivo vem sofrendo algumas transformações quanto à heteronormatividade, em que a heterossexualidade, antes tomada como pressuposto obrigatório/compulsório (JUDITH BUTLER, 2010), tende a ser aos poucos superada frente à incorporação de novas representações no esporte atual, independente da norma instituída em razão do sexo e da biologia (WAGNER CAMARGO; CLÁUDIA KESSLER, 2017). Assim, percebe-se o aparecimento do sujeito/atleta que borra as fronteiras (física, de sexo/gênero, sociais) e desafia a compreensão dos padrões estabelecidos, postulando, assim, a produção de outros sujeitos, que tencionam os modelos vigentes (CLÁUDIA KESSLER, 2015).

Fatos e posicionamentos importantes no meio esportivo vêm contemplando a entrada do/a atleta transgênero, como o documento do COI (Comitê Olímpico Internacional) lançado em 24 de janeiro de 2016. Nesse documento (COI, 2015), constam as diretrizes para a participação de pessoas transexuais sem transgenitalização em competições esportivas (*transgender guidelines*) a partir dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Homens trans podem participar dos eventos da entidade sem nenhuma restrição, e as mulheres apenas devem manter a quantidade de testosterona controlada para competirem em equipes femininas.

Embora o Comitê Olímpico Internacional já tenha se posicionado em relação à presença de atletas trans no esporte, poucas são as políticas esportivas disponíveis em relação à equidade para as pessoas transgêneras no esporte competitivo. Verifica-se

uma barreira por parte dos atletas cisgêneros em relação ao medo da vantagem atlética de atletas transgêneros, havendo, portanto, práticas discriminatórias, especialmente para mulheres transgêneras (uma vez que já foram homens e podem deter mais força física).

Em um estudo realizado por Maria Rayllana Nazário da Silva (2018), foi verificado o quanto a questão da transfobia permeia o universo esportivo. Na pesquisa, foram levantados comentários realizados por técnicos, atletas, repórteres esportivos e expectadores, demonstrando a não aceitação da Tiffany nas quadras. Tratam-se de mensagens ofensivas e sem fundamentação que ilustram a dificuldade de inserção e permanência de atletas transgêneros no esporte.

Por parte das adversárias, os comentários ainda são mais agressivos em virtude da competitividade existente no esporte profissional. Exemplo disso foi a carta enviada ao COI pela ex-jogadora de voleibol Ana Paula Henkel. Ao longo do documento a ex-jogadora utiliza a seguinte passagem argumentando que o espaço conquistado pelas mulheres cis está ameaçado pela presença de atletas transgêneras:

É com respeito mas com grande preocupação que escrevo às entidades responsáveis pelo esporte sobre a ameaça de total desvirtuação das competições femininas que ocorre atualmente com a aceitação de atletas que nasceram homens, que desenvolveram musculatura, ossos, capacidade pulmonar e cardíaca como homens, em modalidades criadas e formatadas especificamente para mulheres. Se alguém tem que ir à público e pagar um preço em nome da verdade, do bom senso e dos fatos, estou disposta a arcar com as consequências. O espaço conquistado de maneira íntegra por mulheres no esporte está em jogo. (ANA PAULA HENKEL, 2018).

A principal oponente de Tiffany Abreu, Tandara, após um confronto entre os times Bauru e Osasco, se posicionou em relação ao caso:

É um assunto muito delicado. Várias jogadoras se expressaram e receberam críticas. Eu estava me resguardando, esperando esse jogo, porque sabia que seria abordada. Por isso, me preservei pra esse momento, estudei, tirei dúvidas, conversei com especialistas, como nosso fisiologista, preparador físico, fisioterapeuta, entre outros, e tive um respaldo primeiro, pra depois falar minha opinião. Hoje, eu respeito muito a história dela, pra sociedade é muito importante isso. Mas independente se a Tiffany faz diferença ou não em quadra, posso dizer que não concordo, pelo fato de ela participar de uma Superliga Feminina (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2018).

Dessa maneira, é possível perceber as dificuldades encontradas pelo atleta transgênero no esporte profissional, podendo não ser diferente no âmbito amador. Logo, a realização de novos debates sobre atletas transgêneros no meio esportivo mostra-se urgente. O Centro Canadense para a Ética no Desporto divulgou recentemente um documento oferecendo orientações às organizações desportivas sobre o desenvolvimento de políticas esportivas competitivas inclusivas para pessoas transgêneros. Um painel de especialistas manteve o ponto de vista de que todos têm o direito de competir de acordo com sua identidade de gênero em termos recreativo e de elite.

O desejo e a reivindicação de pessoas transgênero em vivenciar o esporte

visibiliza não apenas a sua existência, mas, sobretudo, a impossibilidade da manutenção de fronteiras fixas de gênero pautadas por um suposto alinhamento entre sexo, gênero e desejo, matriz essa que dá sustentabilidade à heteronormatividades (GUACIRA LOPES LOURO, 2009). Essa matriz constitui uma prática discursiva que historicamente tem possibilitado a normalização dos corpos, dos gêneros e das sexualidades, designando como abjetos aqueles sujeitos que rompem com essa linearidade. Segundo Judith Butler (2003), a abjeção está intimamente ligada ao fato de não pertencer a lugar nenhum, o que implica a negação da possibilidade de ser, pois, quando o sujeito não se encaixa em nenhum gênero da ordem binária, ele fica “fora do humano, constitui a rigor o domínio desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual próprio humano se estabelece” (p. 162).

Passados quase 40 anos da reivindicação de Renée Richards, a discussão sobre a pertinência ou não de outra atleta trans competir com mulheres antevê-se com os mesmos argumentos. Em um campo regido pela lógica binária de homens e mulheres, cujas competições são divididas nos moldes “masculinos e femininos”, a controversa presença de mulheres transexuais ao mesmo tempo que desestabiliza essa lógica evidencia que o esporte ainda é regido pelo sistema sexo/gênero.

A presença de atletas transgêneros no meio esportivo e eventos como uma Olimpíada (maior evento esportivo do planeta) pode servir como ferramenta para tematizar a diversidade no contexto social e construir novas representações. No entanto, conclui-se que ainda são poucas as políticas públicas voltadas para esses atletas, ainda considerados infratores pelos discursos cis e pelas normas sociais dotadas de atributos, valores e estigmas negativos em relação ao atleta trans.

## REFERÊNCIAS

ÁDRIAN, Tamara. Un ensayo de determinación de la situación actual del problema a luz del examen del derecho comparado. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCH, T. C. (Orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, M.; LAPA, T. S.; PISANESCH, T. C. (Orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010.

BENTO, Berenice Alves Melo. Nome social para as pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea: Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BIRREL, Susan.; COLE, Cheryl. L. Fault: Renee Richards and the construction and naturalization of difference. In: BIRREL, S.; COLE, C. L. (Ed.). **Women, Sports and Culture**. Campaign: Human Kinetics, 1994, p. 373-397.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Editora: Padrão. 2018.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos** (Online), v. 23, p. 191-225, 2017.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. Reunião de consenso sobre reatribuição do sexo e hiperandrogenismo. Disponível em: <[http://www.olympic.org/Documents/Commissions\\_PDFfiles/Medical\\_commission/2015-11\\_ioc\\_consensus\\_meeting\\_on\\_sex\\_reassignment\\_and\\_hyperandrogenism-en.pdf](http://www.olympic.org/Documents/Commissions_PDFfiles/Medical_commission/2015-11_ioc_consensus_meeting_on_sex_reassignment_and_hyperandrogenism-en.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, out./dez. 2014, p. 1265-1282.

HENKEL, Ana Paula. Carta aberta ao comitê olímpico internacional. **Estadão**, 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/ana-paula-henkel/carta-aberta-ao-comite-olimpico-internaciona>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**, ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Movimento Transgente, 2ª edição, 2017. p. 456.

LOPES, Ângela. Por que o Brasil ainda resiste na criação de políticas para as pessoas trans?, **TransexuaiSSP**, 17 ago. 2016. Disponível em: <<http://transexuaiSSP.com.br/por-que-o-brasil-ainda-resiste-na-criacao-de-politica-para-pessoas-trans/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed., vol 1. Petrópolis: Vozes, 2008, 179p .

LOVELOCK, Michael. Call me Caitlyn: making and making over the 'authentic' transgender body in Anglo-American popular culture. **Journal of Genders Studies**, v. 26, n. 6, 2017, 675–687.

MÍDIA NINJA. **Primeiro time de homens trans no Brasil ganha respeito nas quadras**, 2018. Disponível em: <<http://midianinja.org/news/primeiro-time-de-homens-trans-do-pais-reafirma-seu-direito-a-pluralidade/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. **Jogadora de Vôlei Trans, Tiffany desperta polêmica e preconceito**, 2018. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/01/jogadora-de-volei-trans-tiffany-preconceito.html>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.10, abr. 2012, p.140-164.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.1, p.11-30, jan-abr. 2005.

SERRANO, Jéssica Leite; CAMINHA, Iraquitan de Oliveira; GOMES, Isabelle Sena. Transexualidade e educação física: uma revisão sistemática em periódicos em ciências da saúde. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 3., p. 1119-1132, jul./set. de 2017.

SILVA, Maria Raylland Nazário; MOURA, Stephannye; LOPES, Diego Trindade Lopes. Preconceito no esporte: casos do voleibol. **Revista Campo do Saber**, v. 4, n. 1 - jan/jun de 2018.

VEJA. Vôlei: Tiffany Abreu passa por cirurgia de feminização facial. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/esporte/volei-tiffany-abreu-passa-por-cirurgia-de-feminizacao-facial/>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

VESPA, Talyta. Sou o 1º trans a participar de um campeonato de fisiculturismo no Brasil. **UOL**, 2018. Disponível em: <<https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2018/07/05/impus-respeito-diz-primeiro-homem-trans-no-fisiculturismo-brasileiro.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-292-0

